

Água: avanço pequeno nas negociações



Haia - A conferência ministerial do Fórum Mundial da Água teve início hoje em Haia, na Holanda, com claros pontos de divergência nas entrelinhas dos discursos otimistas da sessão solene. Os representantes das organizações não-governamentais (ONGs), incluindo sindicatos e associações de cunho social, além dos ambientalistas consideraram fraco o documento-base da conferência, sobre o qual trabalharão os ministros até amanhã. Os críticos dizem que o documento é cheio de salvaguardas e sem compromissos ou cronogramas concretos.

Algumas das reivindicações e críticas das ONGs, feitas nos últimos dias, porém, foram respondidas pelo Príncipe de Orange, Willem-Alexander, em seu pronunciamento. Ele se mostrou disposto a continuar discutindo todos os temas de forma aberta, transparente e participativa, desde que os protestos sejam civilizados. Aludia, explicitamente, ao primeiro dia do fórum, quando membros do movimento contra barragens se manifestaram, tirando a roupa no plenário.

O príncipe endossou, por exemplo, a declaração das mulheres, que pedem direitos iguais a participação e voto nos mecanismos de decisão sobre uso prioritário da água, o que, no Brasil, seriam os comitês de bacias criados pela nova legislação e política de recursos hídricos. Willem Alexander ainda pediu desculpas pela falha na tradução simultânea, disponível apenas para as reuniões diplomáticas e não para todo o fórum, o que dificultou a participação de quem não falava inglês.

Já a reivindicação dos ambientalistas - defendendo a inclusão da proteção aos ecossistemas e mananciais de água entre as metas principais do fórum - foi encampada pela ministra holandesa, Eveline Herfkens, do Desenvolvimento e Cooperação.

Mas as duas principais arestas dos bastidores do fórum ainda devem ser aparadas na conferência ministerial. São elas: a cobrança da água e a soberania dos países, que dividem rios ou reservas de água internacionais.

Todos os relatores oficiais do fórum concordam que o direito de acesso à água limpa e segura é universal. Mas advogam a cobrança integral dos serviços relacionados à água, com subsídios restritos apenas aos mais pobres. Defendem a parceria entre o setor público e privado, no lugar do atual monopólio estatal, prevalecente na maioria dos países. Isso vem sendo entendido, nos corredores do fórum, como um reforço à privatização, negado nos discursos oficiais. "Não queremos sair do monopólio estatal para o monopólio privado", disse o Príncipe de Orange. "Acreditamos que a água é uma herança comum e deve ser tratada como um recurso de propriedade comum. Estamos falando de direito ao uso, não direito à posse".

O jogo de palavras esboça a questão da soberania, discutida na segunda feira, dia 20, numa concorrida sessão, com a moderação de Mikhail Gorbachev, que trocou o vermelho da ex-URSS pela Cruz Verde Internacional, entidade que agora preside. Esteve na pauta a criação de um organismo internacional para regular o gerenciamento da água em rios ou reservas subterrâneas internacionais. Uma possibilidade capaz de reavivar o velho temor de internacionalização da Amazônia, onde flui quase 20% da água doce do planeta.

Liana John